

CONSELHO DELIBERATIVO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2017

1. Mesa Diretora do Conselho:

A Presidência do Conselho esteve a cargo do Conselheiro Luís Fernando Alves da Silva, tendo atuado como Vice-Presidente o Conselheiro Bayard Schneider Bernd, até 27/06/2017, e o Conselheiro Álvaro de Medeiros, a partir de 28/06/2017.

2. Atividades realizadas:

2.1. Sessões realizadas: Durante o período foram realizadas 37 sessões do Colegiado, sendo 34 ordinárias e 03 extraordinárias.

2.2. Correspondências expedidas: Foram expedidas, no ano de 2017, 57 correspondências.

2.3. Discussões e deliberações do Colegiado: Na sequência das Sessões realizadas, foram objeto de discussão e deliberação as seguintes matérias:

a) ofício da Presidência do Instituto solicita as indicações, por parte do Conselho, de membros para compor o Comitê de Investimentos dos Fundoprevs Civil e Militar, tendo sido deliberado indicar o Conselheiro Antônio de Pádua Vargas Alves. Quanto à indicação de membro para atuar como Gerente de Investimentos, a deliberação foi no sentido de não atender ao solicitado por evidenciar incompatibilidade para o exercício de tal função (Ata 01);

b) Realização da “Palestra sobre a Reforma da Previdência” (PEC 287), sob a Coordenação do Conselho Deliberativo e da Diretoria de Previdência do IPERGS, tendo a participação de técnicos do Banco do Brasil e da Secretaria Estadual da

Fazenda, com apresentações sobre os diversos pontos de alteração que estão sendo propostos pelo Governo Federal em relação à Previdência Social, seja no regime geral como nos regimes próprios (ata 03);

c) Apresentação de correspondência da Fessergs, solicitando o afastamento do Presidente do Conselho Deliberativo, alegando conduta incompatível com o cargo (ata 03);

d) Equipe técnica da Diretoria de Previdência faz apresentação sobre a Política Anual de Investimentos para 2017, referente ao Processo nº. 0311004/16-4, que seria objeto de deliberação posterior (ata 03);

e) Comunicado o desligamento do Diretor-Presidente do Instituto, José Alfredo Pezzi Parode, por assumir cargo na Prefeitura de Porto Alegre (ata 04);

f) Aprovada a Política Anual de Investimentos do Instituto para o ano de 2017, nos moldes propostos pela Diretoria de Previdência (ata 04);

g) Discussão sobre alteração no Regimento Interno do Conselho Deliberativo, com designação de comissão para estudar o assunto (ata 05);

h) Discutida a matéria referente ao Processo Proa nº. 17/0001116-0, que trata dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstrativos de Variações Patrimoniais e da Demonstração dos Fluxos de Caixa do IPERGS, em conformidade com a Circular CAGE nº 02/2016, contando com a participação do Diretor Administrativo-Financeiro, para clarear pontos do processo e possibilitar análise pelo Conselheiro Relator (ata 06);

i) Questionada a condição do Conselheiro Relator, em relação ao processo de afastamento do Presidente do Conselho. O Colegiado, por maioria, rechaçou eventual impedimento do Relator (ata 07);

j) Discutida a matéria referente ao Edital expedido pelo Poder Judiciário, no sentido de licitar contratação de plano de saúde privado aos seus magistrados e servidores, tendo o colegiado deliberado em expedir e divulgar nota de contrariedade em relação à iniciativa do Tribunal de Justiça, tendo em vista as consequências que adviriam ao sistema do IPE Saúde (ata 08);

k) Discutida a alteração no Regimento Interno do Conselho, pela comissão encarregada da matéria, com apresentação de sugestões já recolhidas e solicitação de exame por parte dos conselheiros (ata 09);

l) Apresentação, pelos Diretores de Saúde e Administrativo-Financeiro, sobre operação conjunta com o Ministério Público, que investiga fraude milionária contra o IPE Saúde, onde mais de 17 mil exames laboratoriais teriam sido cobrados do Instituto, sem terem sido realizados. Destacado que o assunto está a cargo do Ministério Público, que está tomando as medidas judiciais pertinentes, com a responsabilização dos envolvidos (ata 10);

m) Discussão sobre o regimento interno do Conselho, sobre proposta de alteração da Lei 7.672/82 e sobre a tramitação do anteprojeto de Lei propondo reorganização da legislação do IPE Saúde, aprovado no Conselho em 2015, e em tramitação na Casa Civil desde aquela época (ata 11);

n) Visita do novo Diretor-Presidente do Instituto, Sr.Otomar Vivian, que apresentou suas expectativas quanto à sua gestão (ata 12);

o) Deliberações a respeito dos instrumentos de comunicação do Conselho Deliberativo, com ampliação dos canais existentes, utilizando-se das tecnologias colocadas à disposição (ata 12);

p) Aprovação do parecer do Relator, no Processo nº 17/2442-0001116-0, que trata do Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, que votou pela aprovação do Balanço/2016 (ata 13);

q) aprovação de temas a serem levados ao Diretor-Presidente, como demandas do colegiado, para que o Presidente possa levantar elementos e discuti-los em reunião a ser agendada com o Conselho (ata 13);

r) Discutido o Relatório de Auditoria da CAGE, Exercício 2016, onde o relator concordou com a conclusão da CAGE no sentido de que o Instituto cumpriu com os pressupostos contidos no Manual de Normas e Procedimentos Operacionais–MNPO/FCVS vigente, roteiro de Análise, Lei nº. 10.150/00 e resoluções pertinentes, aprovando assim o relatório e recomendando o arquivamento do mesmo, junto à Secretaria deste Conselho, tendo sido aprovado o seu parecer (ata 14);

s) discussão a respeito do processo que trata do pedido de afastamento do presidente do Conselho, tendo o relator se manifestado pela improcedência do pedido, sendo acompanhado por outros nove conselheiros, sendo interrompida a votação por pedido de vista (ata 15);

t) a conclusão da votação a respeito do pedido de afastamento do presidente do Conselho é adiada por novo pedido de vista (ata 16);

u) Aprovado calendário referente ao processo eleitoral para escolha de novos Presidente e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, eis que o mandato atual se encerra no final do mês de junho (ata 17);

v) encerrado o processo que versava sobre o pedido de afastamento do presidente do Conselho, onde, por dez votos a dois, foi deliberado arquivar o expediente, dando por improcedente o pedido de afastamento (ata 17);

w) apresentação, pelo Diretor de Saúde, Alexandre Escobar, e pelo Auditor da Fazenda Estadual, José Paulo Leal, do projeto de precificação de insumos, que visa estabelecer critérios para fixação de preços aos prestadores de serviços, com base nas informações e dados provenientes da nota fiscal eletrônica, a fim de evidenciar gargalos e implantar metodologia que vise o equilíbrio no tocante aos pagamentos efetuados pelo IPE Saúde aos seus fornecedores (ata 18);

x) eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, sendo eleita a chapa única, composta por Luís Fernando Alves da Silva, para Presidente, e Álvaro de Medeiros, para Vice-Presidente, com sete votos favoráveis, dois contrários e um voto em branco (ata 19);

y) Posse do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, para o biênio 2017/2019 (ata 20);

z) apresentação, pela Diretoria de Previdência, do Boletim de Informações Previdenciárias, que tem por objetivo dar transparência aos dados previdenciários do Regime Próprio de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, bem como possibilitar a manutenção de uma série histórica, que poderá ser consultada por interessados na área (ata 21);

aa) análise do Processo nº 006727/17-9, que trata do Relatório de Gestão da Diretoria Executiva, Exercício de 2016, que restou aprovado (ata 22);

ab) apresentação e discussão a respeito da avaliação atuarial de 2017, base 31 de dezembro de 2016, formulada por equipe técnica do Banco do Brasil, que fora contratado para a execução da tarefa. Saliçada a necessidade de remessa do processo para a análise do Conselho Deliberativo, conforme imperativo legal (ata 23);

ac) discussão sobre parcelamento de salários dos servidores públicos, dificuldades de agendamento de consultas, pelos usuários do IPE Saúde, no interior do Estado, e demandas com os prestadores de serviço (ata 24);

ad) sessão especial com realização do I Fórum de Investimentos, promovido pela Diretoria de Previdência em conjunto com o Conselho Deliberativo, onde foram apresentadas palestras sobre aspectos atuariais das obrigações dos Regimes Próprio de Previdência, e sobre perspectivas de investimentos para os RPPS e os desafios correspondentes para os próximos anos (ata 25);

ae) discussão, com presença e participação do Diretor de Saúde, sobre as negociações com os prestadores de serviços para a qualificação do atendimento aos usuários e sobre o andamento do projeto de precificação de insumos (ata 26);

af) discussão sobre o projeto de separação do IPE, informado em entrevista coletiva pelo Governo do Estado, porém, sem a apresentação dos textos correspondentes, impossibilitando análise criteriosa a respeito da matéria (ata 26);

ag) discussão, juntamente com o Diretor Administrativo-Financeiro, sobre a gestão dos imóveis do IPE, sobre as receitas e repasses dos órgãos estaduais ao IPE Saúde, e sobre a chamada dívida histórica dos órgãos para com o IPE (atas 27 e 28);

ah) discussão sobre o projeto de lei 422/2017, de autoria do Deputado Federal Alceu Moreira, que pretende possibilitar aos entes públicos tomarem por empréstimo, valores depositados nos fundos de previdência dos servidores públicos (ata 29);

ai) encaminhamento no sentido de solicitar audiência pública junto à Assembleia Legislativa, para posicionar pelo estabelecimento de diálogo com os interessados, em relação aos projetos de separação do IPE (ata 29);

aj) discussão sobre o processo que trata do relatório de avaliação atuarial de 2017, sendo suspensa a votação por pedido de vista (ata 30);

ak) discussão sobre os cinco projetos que visam a separação do IPE, protocolados pelo Governo na Assembleia Legislativa, sem a devida apreciação da matéria pelo Conselho Deliberativo. Foram objeto de discussão o PLC 206/2017, PLC 207/2017, PL 211/2017, PLC 212/2017 e PL 213/2017. Participou da discussão, a Dra. Claudia Kremer, integrante da Setorial da PGE junto ao IPE (atas 31 e 32);

al) análise do processo referente à avaliação atuarial de 2017, tendo sido deliberado baixar em diligência o processo para coleta de informações junto à Diretoria Executiva (ata 33);

am) discussão a respeito da iniciativa do Governo em alienar dois imóveis vinculados ao Fundo de Assistência à Saúde, sob a alegação de que a Lei 14.954/2016 assim permite. Como encaminhamento, ficou a apresentação de representação ao Ministério Público para que analise eventual ilegalidade e respectivas condutas quanto à decisão de alienar imóveis vinculados ao FAS (ata 33);

an) avaliação a respeito de audiência pública realizada pelas Comissões de Saúde e de Serviço Público da Assembleia Legislativa, consequência de contatos realizados por encaminhamento do Conselho Deliberativo do IPE (ata 33);

ao) decisão do Conselho no sentido de expedir Resolução para suspender qualquer iniciativa que vise alienar imóvel vinculado ao FAS (ata 34);

ap) sessão específica para realização do II Forum de Investimentos, promovido em conjunto pelo Conselho Deliberativo e a Diretoria de Previdência, tendo palestras sobre o mercado de renda fixa e seus desafios para 2018 e sobre os investimentos em renda variável, o cenário econômico e as oportunidades de investimentos nessa área para o RPPS (ata 35);

aq) discussão sobre contratos de atendimento do IPE Saúde com Prefeituras e que estejam considerados deficitários, tendo como encaminhamento solicitar à Diretoria Executiva a remessa dos processos que versem sobre contratos deficitários, para a devida análise do Conselho Deliberativo (ata 36);

ar) análise a respeito da Política Anual de Investimentos do RPPS para o ano de 2018 (ata 37).

2.4. Outras atividades: Além das discussões e deliberações relatadas acima, convém sinalar as seguintes atividades desenvolvidas pela Presidência do Conselho e/ou pelos Conselheiros:

- a) Participação de Conselheiros em Curso de capacitação em investimentos;
- b) Reuniões com a Presidência do Instituto para discussão de demandas pertinentes ao sistema de saúde e ao RPPS;
- c) Participação em debate com o Presidente do IPE, no programa de rádio Esfera Pública, versando sobre os projetos de separação do IPE;
- d) Participação no programa de rádio Boca no Trombone, em duas oportunidades, para informações e debates a respeito dos sistemas do IPE;
- e) Contatos na Assembleia Legislativa, com as Comissões de Saúde e Meio Ambiente e de Segurança e Serviço Público, buscando proporcionar diálogo e ampliação de discussão a respeito dos projetos de separação do IPE, inclusive com pedido de realização de audiência pública para debater as matérias;
- f) Participação em reuniões da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, com o intuito de estabelecer discussão a respeito dos projetos de separação do IPE;
- g) Reuniões com as entidades que detêm assento no Conselho Deliberativo, para o encaminhamento e discussão das demandas apresentadas;
- h) Participação em Audiência Pública, realizada pelas Comissões de Saúde e Meio Ambiente e de Segurança e Serviço Público, da Assembleia Legislativa, onde foram discutidos os projetos de separação do IPE e ampliado o espaço de debate a respeito das matérias;
- i) Encaminhamento de representação ao Ministério Público, solicitando manifestação acerca da iniciativa do Governo em alienar dois imóveis vinculados ao Fundo de Assistência à Saúde, em cumprimento a deliberação do colegiado;

j) Edição da Resolução nº 06/2017, suspendendo qualquer autorização que vise a alienação de dos bens imóveis vinculados ao FAS;

k) Participação em Plenárias realizadas pelo CPERS Sindicato em várias cidades do interior do Estado, onde se discutia com os usuários, os projetos de separação do IPE.

Este o sucinto relatório das atividades desenvolvidas pelo Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2017.

Porto Alegre 20 de dezembro de 2017.

Eliana Alves Maboni,
Secretária do Conselho.

Luís Fernando Alves da Silva,
Presidente do Conselho.